

# ***Sonae Sierra Brasil S.A. e Controladas***

*Informações Trimestrais -  
ITR do Segundo Trimestre de 2012 e  
Relatório sobre a Revisão de  
Informações Contábeis Intermediárias*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Sonae Sierra Brasil S.A.  
São Paulo - SP

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Sonae Sierra Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

## **Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas**


Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.


## **Outros assuntos**

### *Informações intermediárias do valor adicionado*

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (“DVA”), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com o CPC 21, tomadas em conjunto.

São Paulo, 3 de agosto de 2012

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Marcelo Magalhães Fernandes  
Contador  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

## SONAE SIERRA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11			30/06/12	31/12/11		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	407.827	125.834	635.372	390.918	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	36.643	17.619
Contas a receber, líquidas	5	-	-	26.637	24.690	Debêntures	13	11.869	-	11.869	-
Impostos a recuperar	6	3.578	4.150	15.926	16.765	Fornecedores nacionais		13	7	26.856	13.512
Despesas antecipadas		63	13	199	505	Impostos a recolher	17	-	262	7.130	8.700
Outros créditos	5	-	-	5.114	4.971	Pessoal, encargos, benefícios sociais e prêmios		-	-	8.796	8.396
Total do ativo circulante		<u>411.468</u>	<u>129.997</u>	<u>683.248</u>	<u>437.849</u>	Estrutura técnica	15	-	-	8.825	5.540
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Dividendos a pagar	18	-	13.977	-	13.977
Aplicações financeiras vinculadas	29	-	-	3.105	2.171	Rendimentos a distribuir		-	-	4.809	24.243
Contas a receber, líquidas	5	-	-	12.082	10.815	Contas a pagar - compra de ativo	14	-	-	43.266	25.000
Empréstimos aos condomínios	7	-	-	284	328	Outras obrigações		<u>507</u>	<u>228</u>	<u>7.168</u>	<u>8.343</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	256	690	256	690	Total do passivo circulante		<u>12.389</u>	<u>14.474</u>	<u>155.362</u>	<u>125.330</u>
Depósitos judiciais	16	1.933	1.879	9.945	3.729	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Outros créditos	5	-	-	833	833	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	374.718	333.272
Investimentos	8	1.955.293	1.827.185	27.522	26.157	Debêntures	13	293.603	-	293.603	-
Propriedades para investimento	10	-	-	3.161.944	2.776.050	Contas a pagar - compra de ativo	14	-	-	38.591	-
Imobilizado	9	-	-	4.749	5.972	Estrutura técnica	15	-	-	20.784	20.486
Intangível	11	-	-	2.061	1.582	Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	389.582	346.219
Total do ativo não circulante		<u>1.957.482</u>	<u>1.829.754</u>	<u>3.222.781</u>	<u>2.828.327</u>	Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários	16	1.933	1.879	10.144	10.285
						Provisão para remuneração variável	27	-	-	483	189
						Total do passivo não circulante		<u>295.536</u>	<u>1.879</u>	<u>1.127.905</u>	<u>710.451</u>
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	18				
						Capital social		997.866	997.866	997.866	997.866
						Reservas de capital		80.115	80.115	80.115	80.115
						Reservas de lucros		854.938	865.417	854.938	865.417
						Lucros acumulados		128.106	-	128.106	-
						Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		2.061.025	1.943.398	2.061.025	1.943.398
						Participações não controladoras		-	-	561.737	486.997
						Total do patrimônio líquido		<u>2.061.025</u>	<u>1.943.398</u>	<u>2.622.762</u>	<u>2.430.395</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>2.368.950</u>	<u>1.959.751</u>	<u>3.906.029</u>	<u>3.266.176</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>2.368.950</u>	<u>1.959.751</u>	<u>3.906.029</u>	<u>3.266.176</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

SONAE SIERRA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO  
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		Período de 01/04/12 à 30/06/12	Período de 01/01/12 à 30/06/2012	Período de 01/04/11 à 30/06/11	Período de 01/01/11 à 30/06/11	Período de 01/04/12 à 30/06/12	Período de 01/01/12 à 30/06/2012	Período de 01/04/11 à 30/06/11	Período de 01/01/11 à 30/06/11
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE ALUGUÉIS, SERVIÇOS E OUTRAS	19	-	-	-	-	65.269	121.895	53.196	102.909
CUSTO DOS ALUGUÉIS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	-	-	-	-	(11.385)	(20.983)	(9.647)	(18.203)
LUCRO BRUTO		-	-	-	-	53.884	100.912	43.549	84.706
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS									
Gerais e administrativas	20	(916)	(1.670)	(235)	(758)	(5.800)	(11.251)	(3.174)	(7.230)
Tributárias		(37)	(236)	(26)	(34)	(198)	(1.056)	(308)	(563)
Equivalência patrimonial	8	106.248	128.108	52.027	112.678	1.551	2.413	859	2.204
Varição do valor justo de propriedades para investimento	10	-	-	-	-	173.127	173.127	71.745	142.832
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		45	45	-	-	1.168	729	730	986
Total das receitas (despesas) operacionais, líquidas		105.340	126.247	51.766	111.886	169.848	163.962	69.852	138.229
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		105.340	126.247	51.766	111.886	223.732	264.874	113.401	222.935
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	21	756	3.241	10.228	12.667	(1.982)	538	7.791	7.675
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		106.096	129.488	61.994	124.553	221.750	265.412	121.192	230.610
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL									
Correntes	22	(23)	(948)	-	-	(7.038)	(16.884)	(4.106)	(7.548)
Diferidos	22	(13)	(434)	(2.833)	(2.833)	(42.316)	(43.797)	(26.269)	(46.007)
Total		(36)	(1.382)	(2.833)	(2.833)	(49.354)	(60.681)	(30.375)	(53.555)
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE		106.060	128.106	59.161	121.720	172.396	204.731	90.817	177.055
LUCRO ATRIBUÍVEL A									
Proprietários da controladora		-	-	-	-	106.060	128.106	59.161	121.720
Participação não controladoras		-	-	-	-	66.336	76.625	31.656	55.335
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO		1,39	1,68	0,77	1,71	1,39	1,68	0,77	1,71

A Companhia não possui itens de resultado abrangente no período corrente e no período anterior.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

SONAE SIERRA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO  
 PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital		Reservas de lucros				Dividendos complementares propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido da controladora	Participações não controladoras	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Ágio na subscrição de ações	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros a realizar					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	532.845	-	96.198	9.463	608.761	30.120	-	-	1.277.387	394.410	1.671.797
Aumento de capital	465.021	-	-	-	-	-	-	-	465.021	-	465.021
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	121.720	121.720	55.335	177.055
Gasto com emissão de ações	-	(15.949)	-	-	-	-	-	-	(15.949)	-	(15.949)
Dividendos destinados na operação do Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque D. Pedro e Fundo de Investimento Parque D. Pedro Shopping Center	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.153)	(19.153)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	<u>997.866</u>	<u>(15.949)</u>	<u>96.198</u>	<u>9.463</u>	<u>608.761</u>	<u>30.120</u>	<u>-</u>	<u>121.720</u>	<u>1.848.179</u>	<u>430.592</u>	<u>2.278.771</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	997.866	(16.083)	96.198	21.016	762.904	71.018	10.479	-	1.943.398	486.997	2.430.395
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	128.106	128.106	76.625	204.731
Dividendos pagos no período	-	-	-	-	-	-	(10.479)	-	(10.479)	-	(10.479)
Dividendos destinados na operação do Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque D. Pedro e Fundo de Investimento Parque D. Pedro Shopping Center	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.885)	(1.885)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	<u>997.866</u>	<u>(16.083)</u>	<u>96.198</u>	<u>21.016</u>	<u>762.904</u>	<u>71.018</u>	<u>-</u>	<u>128.106</u>	<u>2.061.025</u>	<u>561.737</u>	<u>2.622.762</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

SONAE SIERRA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Lucro líquido do período	128.106	121.720	204.731	177.055
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	831	762
Valor residual do ativo imobilizado vendido	-	-	55	-
Receita de aluguel a faturar	-	-	(1.463)	(1.993)
Provisão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.890	332
Provisão (reversão) para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários	54	62	(141)	(795)
Provisão para remuneração variável	-	-	875	466
Imposto de renda e contribuição social diferidos	434	2.833	43.797	46.007
Imposto de renda e contribuição social	948	-	16.884	7.548
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e compra de ativo	12.179	-	27.572	8.764
Juros, variações cambiais sobre operações de mútuos	-	2.516	-	2.516
Variação do valor justo de propriedades para investimento	-	-	(173.127)	(142.832)
Ganho na alienação de propriedade para investimento	-	-	325	-
Equivalência patrimonial	(128.108)	(112.678)	(2.413)	(2.204)
(Aumento) redução dos ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	(3.641)	3.746
Empréstimos aos condomínios	-	-	44	(46)
Impostos a recuperar	572	(1.324)	839	(4.212)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	183
Despesas antecipadas	(50)	(54)	306	(163)
Depósitos judiciais	(54)	(62)	(6.216)	24
Outros	-	134	(143)	3.624
Aumento (redução) dos passivos operacionais:				
Fornecedores nacionais	6	259	(2.875)	(5.628)
Impostos a recolher	(1.210)	136	(10.258)	(3.490)
Pessoal, encargos, benefícios sociais e prêmios	-	-	(181)	(228)
Estrutura técnica	-	-	3.583	5.371
Outras obrigações	279	59	(1.175)	2.585
Caixa gerado pelas atividades operacionais	13.156	13.601	100.099	97.392
Juros pagos	-	-	(14.910)	(7.823)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(8.196)	(4.889)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13.156	13.601	76.993	84.680
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	(934)	(768)
Aquisição ou construção de propriedades de investimento	-	-	(138.319)	(122.849)
Aquisição de imobilizado	-	-	(142)	(707)
Aumento de intangível	-	-	-	(149)
Aumento de capital em controladas e coligada	-	(91.000)	-	-
Recebimentos pela venda de propriedades de investimento	-	-	11.514	-
Dividendos recebidos	-	-	1.048	250
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-	(91.000)	(126.833)	(124.223)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Aumento de capital	-	465.021	-	465.021
Debêntures emitidas	300.000	-	300.000	-
Gastos na emissão de debêntures	(6.707)	-	(6.707)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	60.361	94.972
Empréstimos e financiamentos pagos - principal	-	-	(4.677)	(779)
Pagamento de contas a pagar - compra de ativo	-	-	(8.908)	-
Rendimentos distribuídos dos fundos imobiliários - minoritários	-	-	(21.319)	(18.401)
Dividendos pagos	(24.456)	(2.939)	(24.456)	(2.939)
Gastos com emissão de ações	-	(24.164)	-	(24.164)
Partes relacionadas	-	(76.153)	-	(77.717)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	268.837	361.765	294.294	435.993
<b>AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>281.993</b>	<b>284.366</b>	<b>244.454</b>	<b>396.450</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
No fim do período	407.827	287.164	635.372	458.016
No início do período	125.834	2.798	390.918	61.566
<b>AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>281.993</b>	<b>284.366</b>	<b>244.454</b>	<b>396.450</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

SONAE SIERRA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E DE 2011  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
<b>RECEITAS</b>				
Receita de aluguéis e serviços	-	-	131.360	111.530
Outras receitas	-	-	1.320	572
Variação do valor justo de propriedades para investimento	-	-	173.127	142.832
Receitas relativas à construção de propriedades para investimento e imobilizado	-	-	224.748	127.852
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.890)	(332)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>528.665</u>	<u>382.454</u>
<b>SERVIÇOS E MATERIAIS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Custos dos aluguéis e serviços prestados	-	-	(7.383)	(6.795)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.526)	(733)	(224.554)	(130.025)
	<u>(1.526)</u>	<u>(733)</u>	<u>(231.937)</u>	<u>(136.820)</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<u>(1.526)</u>	<u>(733)</u>	<u>296.728</u>	<u>245.634</u>
<b>DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	-	-	(831)	(764)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA</b>	<u>(1.526)</u>	<u>(733)</u>	<u>295.897</u>	<u>244.870</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	128.108	112.678	2.413	2.204
Receitas financeiras	15.492	15.183	28.827	18.989
	<u>143.600</u>	<u>127.861</u>	<u>31.240</u>	<u>21.193</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<u>142.074</u>	<u>127.128</u>	<u>327.137</u>	<u>266.063</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
Pessoal:				
Remuneração direta	74	20	10.745	7.982
Benefícios	-	-	893	866
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	-	-	733	540
	<u>74</u>	<u>20</u>	<u>12.371</u>	<u>9.388</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	1.643	2.872	72.488	63.091
Municipais	-	-	1.264	1.689
	<u>1.643</u>	<u>2.872</u>	<u>73.752</u>	<u>64.780</u>
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros	12.251	2.516	34.656	13.499
Aluguéis	-	-	1.627	1.341
	<u>12.251</u>	<u>2.516</u>	<u>36.283</u>	<u>14.840</u>
Remuneração de capitais próprios:				
Lucros retidos do período	128.106	121.720	128.106	121.720
Participação dos não controladores	-	-	76.625	55.335
	<u>128.106</u>	<u>121.720</u>	<u>204.731</u>	<u>177.055</u>
<b>Total</b>	<u>142.074</u>	<u>127.128</u>	<u>327.137</u>	<u>266.063</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## SONAE SIERRA BRASIL S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sonae Sierra Brasil S.A. (“Companhia”), com sede localizada à Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.184 - 13º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 18 de junho de 2003 com os seguintes principais objetivos: (a) a realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em shopping centers e atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e/ou de terceiros e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos em operações imobiliárias de imóveis próprios e/ou de terceiros; e (c) a participação em outras companhias empresárias e/ou em fundos de investimentos imobiliários, podendo as atividades aqui descritas serem exercidas diretamente ou por meio de controladas e coligadas.

A Companhia negocia suas ações na BM&FBOVESPA, sob a sigla “SSBR3”.

Sua controladora é a Sierra Brazil 1 BV, localizada nos Países Baixos. Seus acionistas controladores finais são a Sonae Sierra SGPS S.A., localizada em Portugal, e a DDR Corp., localizada nos Estados Unidos da América.

As controladas diretas e indiretas da Companhia, incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas, são as seguintes:

- a) Sierra Investimentos Brasil Ltda. (“Sierra Investimentos”) - tem como principais objetivos: (a) a realização de planejamento, desenvolvimento, implantação e investimentos na área imobiliária, nomeadamente em shopping centers e atividades correlatas, como empreendedora, incorporadora, construtora, locadora e assessora; (b) a exploração e a gestão de imóveis próprios e de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços conexos; e (c) a participação em outras empresas. Em 30 de junho de 2012, a empresa é controladora da Sierra Enplanta Ltda. (“Sierra Enplanta”), Pátio Boavista Shopping Ltda. (“Pátio Boavista”), Pátio Penha Shopping Ltda. (“Pátio Penha”), Pátio São Bernardo Shopping Ltda. (“Pátio São Bernardo”), Pátio Sertório Shopping Ltda. (“Pátio Sertório”), Pátio Uberlândia Shopping Ltda. (“Pátio Uberlândia”), Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque D. Pedro (“Fundo de Investimento Imobiliário I”), Fundo de Investimento Imobiliário - FII Parque Dom Pedro Shopping Center (“Fundo de Investimento Imobiliário II”), Pátio Londrina Empreendimentos e Participações Ltda. (“Pátio Londrina”), e Pátio Goiânia Shopping Ltda. (Pátio Goiânia”).
  - (i) Fundo de Investimento Imobiliário I - tem por objetivo realizar investimentos imobiliários de longo prazo, objetivando, fundamentalmente, auferir receitas por meio de locação e arrendamento de imóveis integrantes do seu patrimônio imobiliário. Em 30 de junho de 2012, o Fundo de Investimento Imobiliário I detém domínio fiduciário correspondente a 85% da fração ideal representativa do Shopping Parque D. Pedro.

- (ii) Fundo de Investimento Imobiliário II - tem por objetivo realizar investimentos imobiliários de longo prazo, objetivando, fundamentalmente, auferir receitas por meio de locação e arrendamento de imóveis integrantes do seu patrimônio imobiliário. Constituído em 30 de junho de 2009 mediante a cisão parcial das operações do Fundo de Investimento Imobiliário I, o Fundo de Investimento Imobiliário II detém 15% da fração ideal representativa do Shopping Parque D. Pedro.

A Sierra Enplanta, Pátio Boavista, Pátio Penha, Pátio São Bernardo, Pátio Sertório, Pátio Uberlândia, Pátio Londrina e Pátio Goiânia tem como principal objetivo a realização de investimentos na área imobiliária, nomeadamente em shopping centers e atividades correlatas.

- b) Unishopping Administradora Ltda. (“Unishopping Administradora”) - tem por objetivos a prestação de serviços de planejamento, instalação, desenvolvimento e administração de shopping centers, arrendamento, exploração e administração de áreas para estacionamento de veículos, administração de imóveis e serviços conexos. Em 30 de junho de 2012, além de administrar os empreendimentos em que o Grupo tem participação, a Unishopping Administradora é controladora da Unishopping Consultoria Imobiliária Ltda. (“Unishopping Consultoria”).
- c) Unishopping Consultoria - tem por objetivos a prestação de serviços de planejamento, instalação, desenvolvimento e administração de shopping centers, arrendamento, exploração e administração de áreas para estacionamento de veículos, administração de imóveis e serviços conexos. A Unishopping Consultoria é responsável por comercializar lojas de empreendimentos em que o Grupo tem participação.

Em 30 de junho de 2012 e de 2011 e de 31 de dezembro de 2011, as controladas e coligadas da Companhia possuíam as seguintes participações em shopping centers:

<u>Empreendedor</u>	<u>Shopping center</u>	<u>Fração ideal - %</u>		
		<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/06/11</u>
Fundos de Investimento Imobiliário I e II	Shopping Parque D. Pedro	100,00	100,00	100,00
Pátio Penha	Shopping Center Penha	51,00	73,18	73,18
Pátio Penha	Shopping Plaza Sul	30,00	-	-
Pátio Boavista	Shopping Center Metrópole	100,00	100,00	100,00
Pátio Boavista	Boavista Shopping	100,00	100,00	100,00
Sierra Enplanta	Tivoli Shopping	30,00	30,00	30,00
Sierra Enplanta	Pátio Brasil Shopping	10,42	10,42	10,42
Sierra Enplanta	Franca Shopping	67,42	67,42	67,42
Pátio São Bernardo	Shopping Plaza Sul	30,00	30,00	30,00
Campo Limpo	Shopping Campo Limpo	20,00	20,00	20,00
Pátio Sertório	Shopping Manauara	100,00	100,00	100,00
Pátio Uberlândia	Uberlândia Shopping (**)	100,00	100,00	100,00
Pátio Londrina	Boulevard Londrina (*)	84,48	84,48	84,48
Pátio Goiânia	Goiânia Shopping (*)	100,00	100,00	100,00

(\*) Empreendimento em fase de implantação.

(\*\*) Inaugurado em 27 de março de 2012.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standard Board - IASB” e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias.
- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia elaboradas de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

### 2.2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de propriedades para investimentos e de determinados instrumentos financeiros contra o resultado do exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A partir de 1º de janeiro de 2012, a Companhia alterou a periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimentos de trimestral para semestral.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, é consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

### 2.3. Novas normas, alterações e interpretações

No primeiro semestre de 2012, algumas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor no exercício de 2012 e de 2013. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 30 de junho de 2012. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

## 3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia e das controladas, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas.

A seguir, descrevemos os principais julgamentos e estimativas contábeis que a Administração da Companhia e das controladas entende como relevantes na elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas:

- a) Valor das propriedades para investimentos: O valor justo das propriedades para investimento é determinado mediante avaliação do fluxo de caixa a valor presente de cada propriedade, avaliados por especialistas externos. A Administração da Companhia e das controladas usa o seu julgamento para escolher o método e definir as premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes. A partir de 1º de janeiro de 2012, a Companhia alterou a periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimentos de trimestral para semestral.
- b) Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários: A provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários é constituída para as causas cujas probabilidades de perda são avaliadas como prováveis pelos assessores legais e pela Administração da Companhia e de suas controladas, considerando a natureza dos processos e a experiência dos assessores legais e da Administração da Companhia em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem.

- c) Projeções preparadas para a realização do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia, com base em análises relativas às projeções operacionais plurianuais, reconheceu contabilmente créditos tributários relativos ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, bem como sobre as diferenças temporárias.

A manutenção dos créditos fiscais de prejuízos fiscais, imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, está suportada em projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas periodicamente, para os próximos dez anos, que visam determinar a recuperação dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Caixa	2	5	85	191
Bancos conta movimento	99	51	52	1.550
Aplicações financeiras (*)	<u>407.726</u>	<u>125.778</u>	<u>635.235</u>	<u>389.177</u>
Total	<u>407.827</u>	<u>125.834</u>	<u>635.372</u>	<u>390.918</u>

- (\*) Em 30 de junho 2012, as aplicações financeiras são de liquidez imediata, remuneradas pela taxa média ponderada 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (102,2% em 31 de dezembro de 2011).

#### 5. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS E OUTROS CRÉDITOS

##### Contas a receber

	Consolidado	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Aluguéis	37.341	34.025
Cessões de direitos a receber (a)	<u>1.393</u>	<u>399</u>
Total do contas a receber faturado	38.734	34.424
Receitas de aluguel a faturar (b)	<u>11.602</u>	<u>10.808</u>
Total do contas a receber faturado e a faturar	50.336	45.232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(11.617)</u>	<u>(9.727)</u>
Total	<u>38.719</u>	<u>35.505</u>
Circulante	<u>(26.637)</u>	<u>(24.690)</u>
Não circulante	<u>12.082</u>	<u>10.815</u>

- (a) Representam os valores a receber pela cessão do direito de utilização dos pontos comerciais nos shopping centers, também conhecidos por “estrutura técnica”.
- (b) Representam o efeito das receitas de aluguéis a faturar, reconhecidas de forma linear de acordo com o prazo dos contratos.

O saldo consolidado de contas a receber faturado em 30 de junho de 2012 e de 31 de dezembro de 2011, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
A vencer	<u>22.179</u>	<u>24.233</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	1.524	714
Entre 31 e 60 dias	1.051	497
Entre 61 e 90 dias	830	413
Entre 91 e 180 dias	1.646	1.115
Há mais de 180 dias	<u>11.504</u>	<u>7.452</u>
Subtotal	<u>16.555</u>	<u>10.191</u>
Total	<u>38.734</u>	<u>34.424</u>

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para os períodos de seis meses findos 30 de junho de 2012 e de 2011, é como segue:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(9.727)
Constituições no período	<u>(1.890)</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>(11.617)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(9.985)
Constituições no período	<u>(332)</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>(10.317)</u>

Outros créditos

Adicionalmente, em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta “Outros créditos” está composto como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Valores a receber do Banco Ourinvest S.A. (a)	833	833
Contrato de mútuo com lojista (b)	89	592
Outros valores a receber de condomínios	899	1.231
Valores a receber da operação de estacionamento	1.145	1.748
Férias, 13º salário e outros adiantamentos a funcionários	204	189
Outros	<u>2.777</u>	<u>1.211</u>
Total	<u>5.947</u>	<u>5.804</u>
Circulante	<u>(5.114)</u>	<u>(4.971)</u>
Não circulante	<u>833</u>	<u>833</u>

- (a) Em 30 de junho de 2012, a controlada Sierra Investimentos Brasil Ltda. Tem a receber do Banco Ourinvest S.A. o montante de R\$833 a título do compromisso firmado no dia 29 de outubro de 2009 (vide nota explicativa nº 29).
- (b) Refere-se a contrato de mútuo com lojista. Sobre o valor contratado incidem encargos financeiros correspondentes à variação anual do CDI acrescido de “spread” de 2,44% ao ano. Esse contrato está sendo recebido em 24 parcelas mensais desde agosto de 2010. Em 30 de junho de 2012, a controlada Pátio Sertório Shopping Ltda. tem 1 parcela remanescente desse contrato a receber.

## 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.558	4.136	14.892	15.980
Contribuição social a recuperar - Lei nº 10.833/03	11	13	634	667
Outros	<u>9</u>	<u>1</u>	<u>400</u>	<u>118</u>
Total	<u>3.578</u>	<u>4.150</u>	<u>15.926</u>	<u>16.765</u>

Os impostos a recuperar foram gerados a partir das operações da Companhia e de suas controladas e não dependem de decisões judiciais ou administrativas para a sua realização.

## 7. EMPRÉSTIMOS AOS CONDOMÍNIOS

Representam valores adiantados aos condomínios dos shopping centers para cobrir deficiências de caixa, notadamente decorrentes de inadimplência. Os valores serão recuperados à medida que houver o recebimento das parcelas condominiais e conforme a disponibilidade de caixa dos condomínios.

<u>Empresa controlada</u>	<u>Condomínio</u>	Consolidado	
		<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Pátio Boavista	Condomínio Shopping Boavista	2	8
Pátio São Bernardo	Condomínio Shopping Center Plaza Sul	125	125
Pátio Penha	Condomínio Shopping Center Penha	<u>157</u>	<u>195</u>
Total		<u>284</u>	<u>328</u>

Esses empréstimos são considerados como transações com partes relacionadas.

Os valores adiantados vêm sendo recebidos de acordo com a disponibilidade de caixa dos condomínios e a Administração não prevê problemas com a realização desses valores.

## 8. INVESTIMENTOS

<u>30 de junho de 2012</u>	<u>Quantidade de cotas possuídas</u>	<u>Capital social - participação - %</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido do período</u>	<u>Resultado da equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo do investimento</u>
<u>Controladora</u>						
Controladas:						
Sierra Investimentos Brasil Ltda.	938.762.172	100,00	1.946.821	127.593	127.593	1.946.821
Unishopping Administradora Ltda.	10.910.860	100,00	<u>8.472</u>	<u>515</u>	<u>515</u>	<u>8.472</u>
Total			<u>1.955.293</u>	<u>128.108</u>	<u>128.108</u>	<u>1.955.293</u>
<u>Consolidado</u>						
Coligada indireta-						
Campo Limpo Empreendimentos e Participações Ltda.	41.537.062	20,00	<u>137.612</u>	<u>12.065</u>	<u>2.413</u>	<u>27.522</u>
<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>Quantidade de cotas possuídas</u>	<u>Capital social - participação - %</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido do exercício</u>	<u>Resultado da equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo do investimento</u>
<u>Controladora</u>						
Controladas:						
Sierra Investimentos Brasil Ltda.	936.912.172	100,00	1.819.228	211.058	211.058	1.819.228
Unishopping Administradora Ltda.	10.910.860	100,00	<u>7.957</u>	<u>6.015</u>	<u>6.015</u>	<u>7.957</u>
Total			<u>1.827.185</u>	<u>217.073</u>	<u>217.073</u>	<u>1.827.185</u>
<u>Consolidado</u>						
Coligada indireta-						
Campo Limpo Empreendimentos e Participações Ltda.	41.537.062	20,00	<u>130.784</u>	<u>38.871</u>	<u>7.774</u>	<u>26.157</u>

### Mutações dos investimentos para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e de 2011

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.827.185	26.157
Equivalência patrimonial	128.108	2.413
Dividendos recebidos	-	(1.048)
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>1.955.293</u>	<u>27.522</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.352.695	19.033
Aumento de capital	91.000	-
Equivalência patrimonial	112.678	2.204
Dividendos recebidos	-	(250)
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>1.556.373</u>	<u>20.987</u>

## 9. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	30/06/12		
		Consolidado		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Instalações	10	2.747	(2.747)	-
Móveis e utensílios	10	922	(443)	479
Máquinas e equipamentos	10	657	(251)	406
Equipamentos de informática	20	2.643	(1.755)	888
Veículos	20	2.077	(697)	1.380
Outros	20	42	(40)	2
Subtotal		9.088	(5.933)	3.155
Imobilizado em andamento	-	1.127	-	1.127
Adiantamentos a fornecedores	-	467	-	467
Total		<u>10.682</u>	<u>(5.933)</u>	<u>4.749</u>

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/11		
		Consolidado		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Residual
Instalações	10	2.747	(2.540)	207
Móveis e utensílios	10	920	(402)	518
Máquinas e equipamentos	10	623	(219)	404
Equipamentos de informática	20	2.501	(1.631)	870
Veículos	20	2.166	(634)	1.532
Outros	20	41	(38)	3
Subtotal		8.998	(5.464)	3.534
Imobilizado em andamento	-	1.979	-	1.979
Adiantamentos a fornecedores	-	459	-	459
Total		<u>11.436</u>	<u>(5.464)</u>	<u>5.972</u>

Movimentação do ativo imobilizado em operação para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e de 2011

	Consolidado						
	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	207	518	404	870	1.532	3	3.534
Adições	-	2	34	142	103	1	282
Baixas, líquidas	-	-	-	-	(55)	-	(55)
Depreciação	(207)	(41)	(32)	(124)	(200)	(2)	(606)
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>-</u>	<u>479</u>	<u>406</u>	<u>888</u>	<u>1.380</u>	<u>2</u>	<u>3.155</u>

	Consolidado						
	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	583	411	265	446	1.601	5	3.311
Adições	15	45	165	181	14	287	707
Depreciação	(304)	(33)	(25)	(99)	(160)	(31)	(652)
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>294</u>	<u>423</u>	<u>405</u>	<u>528</u>	<u>1.455</u>	<u>261</u>	<u>3.366</u>

## 10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

De acordo com o pronunciamento CPC 28, as propriedades mantidas para auferir aluguel e/ou valorização de capital podem ser registradas como propriedade para investimento. As propriedades para investimento foram inicialmente mensuradas pelo seu custo. A Administração da Companhia decidiu por adotar o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio, a partir de 1º de janeiro de 2009.

A mensuração e a variação do valor justo são realizadas nas datas dos balanços.

	Consolidado	
	30/06/12	31/12/11
Propriedades para investimento em operação	2.812.217	2.338.796
Propriedades para investimento em construção	<u>349.727</u>	<u>437.254</u>
Total	<u>3.161.944</u>	<u>2.776.050</u>

### Movimentação para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e de 2011

	Consolidado		
	Propriedades em operação	Propriedades em construção	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.338.796	437.254	2.776.050
Adições	76.566	148.040	224.606
Baixa - venda da participação e transação de permuta do Shopping Penha - itens (c) e (d)	(11.839)	-	(11.839)
Transferências (e)	231.222	(231.222)	-
Variação do valor justo das propriedades	<u>177.472</u>	<u>(4.345)</u>	<u>173.127</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>2.812.217</u>	<u>349.727</u>	<u>3.161.944</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.983.960	197.452	2.181.412
Adições	28.026	99.118	127.144
Variação do valor justo das propriedades	<u>140.022</u>	<u>2.810</u>	<u>142.832</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>2.152.008</u>	<u>299.380</u>	<u>2.451.388</u>

Observações:

- (a) A propriedade de parte dos imóveis que integram os empreendimentos Shopping Center Penha e Shopping Boavista está pendente de registro no Cartório de Registro de Imóvel. O valor total desses imóveis, contabilizado como propriedade para investimentos em 30 de junho de 2012 é de R\$180.623 (R\$234.466 em 31 de dezembro de 2011).

- (b) Em 13 de setembro de 2010, a controlada, Pátio Londrina Shopping Ltda., adquiriu 77,6% de um terreno situado na cidade de Londrina para futura construção do empreendimento imobiliário do Boulevard Londrina Shopping, no montante de R\$25.000. Nessa operação, como forma de pagamento, foi assumido o compromisso de entrega da fração ideal equivalente a 11,36% do referido empreendimento.
- (c) Em 27 de janeiro de 2012 a controlada Pátio Penha adquiriu, por meio de um acordo de Permuta com Torna firmado com a CSHG Brasil Shopping FII, 30% (trinta por cento) de participação adicional no Shopping Plaza Sul, em troca de uma participação minoritária no Shopping Penha e outra parte, em dinheiro, no valor de R\$63.701 (valor original) a ser pago em 42 parcelas iguais e consecutivas de R\$1.522 (valor original), atualizados pelo CDI - Certificado de Depósito Bancário, a partir de 27 de fevereiro de 2012.

Como resultado dessa transação, a controlada Pátio Penha auferiu uma perda R\$807, o qual está registrado na rubrica “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas”, na demonstração do resultado do período.

Com a transação, a Companhia reduziu sua participação no Shopping Penha de 73,18% para 56,06%, permanecendo com o controle deste shopping.

- (d) Em 6 de fevereiro de 2012 a controlada Pátio Penha vendeu participação minoritária de 5,06% do Shopping Penha à CSHG Brasil Shopping FII pelo montante de R\$11.514, recebido em dinheiro. Com a transação, a controlada Pátio Penha reduziu sua participação no Shopping Penha de 56,06% para 51,0%, ainda assim mantendo o controle deste shopping.

Como resultado dessa transação, a controlada Pátio Penha auferiu um ganho de R\$482, registrado na rubrica “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas”, na demonstração do resultado do período.

- (e) Em 28 de março de 2012 foi inaugurado o empreendimento Uberlândia Shopping, o 11º Shopping Center da Companhia, com 45,3 mil m<sup>2</sup> de ABL (Área Bruta Locável) e 201 lojas, tornando-se o terceiro maior empreendimento do portfólio da Companhia.

#### Metodologia para determinação do valor justo

O valor justo de cada propriedade para investimento em operação foi determinado através de avaliação reportada à data, efetuada por uma entidade especializada e independente (Cushman & Wakefield).

A avaliação dessas propriedades para investimento é preparada semestralmente a partir de 1º de janeiro de 2012, de acordo com os “Practice Statements” do “RICS Appraisal and Valuation Manual” publicado pelo “The Royal Institution of Chartered Surveyors” (“Red Book”), sediado na Inglaterra. A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo) das propriedades para investimento em operação envolve a elaboração de premissas relacionadas a projeções de ganhos e perdas para dez anos de cada shopping, adicionadas ao valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do 11º ano e uma taxa de rentabilidade de mercado (“exit yield” ou “cap rate”). Para o cálculo da perpetuidade foi considerada uma taxa de crescimento real de 0,0%. Essas projeções são descontadas para a data base da avaliação a uma taxa de desconto de mercado. As projeções

não são previsões do futuro mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade e a taxa de desconto são definidas de acordo com o mercado de investimento local e institucional, sendo a razoabilidade do valor de mercado obtida de acordo com a metodologia anteriormente mencionada, igualmente testada também em termos da taxa de rentabilidade inicial, obtida com o rendimento líquido estimado para o 1º ano das projeções.

Na avaliação das propriedades para investimento, foram igualmente tomadas em conta algumas premissas que, de acordo com a classificação do “Red Book”, são consideradas especiais, nomeadamente, em relação a shopping centers inaugurados recentemente, nos quais não foram consideradas despesas de investimento eventualmente ainda devidas, em virtude desses montantes já estarem devidamente contemplados nas Informações Contábeis Intermediárias.

As premissas utilizadas em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 para a avaliação do valor justo anteriormente mencionadas estão descritas a seguir:

30/06/12				31/12/11			
Dez anos - “discount rate”		Dez anos - “exit yield”		Dez anos - “discount rate”		Dez anos - “exit yield”	
Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
12,50%	14,00%	8,00%	9,50%	12,75%	14,00%	8,25%	9,50%

## 11. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado	
		30/06/12	31/12/11
Software	20	2.857	2.153
Amortização acumulada (*)		<u>(796)</u>	<u>(571)</u>
Total		<u>2.061</u>	<u>1.582</u>

(\*) No período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, a despesa de amortização do custo de aquisição dos softwares no montante de R\$225 (R\$110 em 30 de junho de 2011) foi registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, na demonstração do resultado.

### Mutação do intangível para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e de 2011

	Consolidado		
	Custo	Amortização	Total, líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.153	(571)	1.582
Adições	<u>704</u>	<u>(225)</u>	<u>479</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>2.857</u>	<u>(796)</u>	<u>2.061</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.206	(333)	873
Adições	<u>149</u>	<u>(110)</u>	<u>39</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>1.355</u>	<u>(443)</u>	<u>912</u>

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Empréstimo nacional</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Banco do Amazonas S.A. - BASA (a)	10/12/20	133.198	130.073
Banco Itaú BBA S.A. (b)	21/10/15	15.283	17.532
Banco Itaú BBA S.A. (c)	17/10/16	22.599	24.362
Banco Bradesco S.A. (d)	27/10/25	54.838	53.842
Banco Bradesco S.A. (e)	26/10/25	78.142	71.767
Banco Itaú BBA S.A. (f)	10/05/18	52.651	53.315
Banco Santander S.A. (g)	22/06/23	<u>54.650</u>	-
Total		<u>411.361</u>	<u>350.891</u>
Circulante		<u>(36.643)</u>	<u>(17.619)</u>
Não circulante		<u>374.718</u>	<u>333.272</u>

- (a) Em 17 de dezembro de 2008, a empresa controlada Pátio Sertório captou empréstimo de R\$90.315 do Banco do Amazonas S.A - BASA para financiamento das obras de construção do Shopping Manauara. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram captadas novas parcelas, totalizando R\$21.985. Os empréstimos foram captados por uma taxa fixa de 10% ao ano, com a possibilidade de um desconto de 15% nessa taxa, caso o pagamento seja efetuado pontualmente na data do vencimento, e possuem carência de 48 meses, período em que serão pagos apenas 50% dos juros incorridos. O saldo remanescente de juros provisionados será pago após o período de carência com as parcelas do principal. Como garantia pelo empréstimo foi apresentado imóvel do Shopping Manauara. A Companhia e a controlada Sierra Investimentos Brasil Ltda. foram avalistas dessa operação.
- (b) Em 16 de novembro de 2010, a empresa controlada Sierra Investimentos Brasil Ltda. captou R\$20.000 do Banco Itaú BBA S.A. para capital de giro. O empréstimo foi captado com juros médios atrelados ao CDI mais 2,85% ao ano. A Companhia foi a avalista da operação. Como garantias, foram apresentados: (i) imóvel do Shopping Metrôpole; e (ii) cessão fiduciária dos recebíveis líquidos dos Shopping Metrôpole. Esse empréstimo possui período de carência de seis meses para o pagamento da primeira parcela do principal.
- (c) Em 16 de novembro de 2010, a empresa controlada Pátio Boavista Shopping Ltda. captou R\$27.000 do Banco Itaú BBA S.A. para capital de giro. O empréstimo foi captado com juros médios atrelados ao CDI mais 3,3% ao ano. A Companhia foi a avalista da operação. Como garantias, foram apresentados: (i) imóvel do Shopping Metrôpole; e (ii) cessão fiduciária dos recebíveis líquidos dos Shopping Metrôpole. Esse empréstimo possui período de carência de seis meses para o pagamento da primeira parcela do principal.

- (d) Nos meses de junho 2011 a junho de 2012, a empresa controlada Pátio Londrina Shopping Ltda. captou R\$54.375 do Banco Bradesco S.A. para financiamento das obras de construção do Shopping Londrina. Esse financiamento no valor total de R\$120.000 foi captado por uma taxa fixa de Taxa Referencial - TR mais 10,90% ao ano. O prazo de contrato é de 15 anos, com período de carência de dois anos para a parcela de principal. Após esse prazo, o saldo devedor será pago em até 155 parcelas mensais e sucessivas. O imóvel do Shopping Londrina é a garantia dada pelo empréstimo. A Companhia é fiadora dessa operação.
- (e) Nos meses de agosto de 2010 a junho de 2012, a empresa controlada Pátio Uberlândia Shopping Ltda. captou R\$77.152 do Banco Bradesco S.A. para financiamento das obras de construção do Shopping Uberlândia. Esse financiamento no valor total de R\$81.200 foi captado por uma taxa fixa de Taxa Referencial - TR mais 11,30% ao ano. O prazo de contrato é de 15 anos, com período de carência de dois anos para a parcela de principal. Após esse prazo, o saldo devedor será pago em até 156 parcelas mensais e sucessivas. O imóvel do Shopping Uberlândia é garantia dada pelo empréstimo. A Companhia é fiadora dessa operação.
- (f) Em 29 de junho de 2011, a empresa controlada Pátio Boavista Shopping Ltda. captou R\$52.651 do Banco Itaú BBA S.A. para financiamento das obras de expansão do Shopping Metr pole. Esse financiamento foi captado por uma taxa fixa de Taxa Referencial - TR mais 10,30% ao ano. O prazo de contrato é de 7 anos, com período de carência de 12 meses para a parcela de principal. Após esse prazo, o saldo devedor será pago em até 72 parcelas mensais e sucessivas. A Companhia foi a avalista da operação. Como garantias, foram apresentados: (i) imóvel do Shopping Metr pole; e (ii) cessão fiduciária dos recebíveis líquidos do Shopping Metr pole.
- (g) Nos meses de março de 2012 a junho de 2012, a empresa controlada Pátio Goiânia Shopping Ltda. captou R\$53.209 do Banco Santander S.A. para financiamento das obras de construção do Shopping Goiânia. Esse financiamento no valor total de R\$200.000 foi captado por uma taxa fixa de Taxa Referencial - TR mais 11,00% ao ano. O prazo de contrato é de 12 anos, com período de carência de 24 meses para a parcela de principal. Após esse prazo, o saldo devedor será pago em até 111 parcelas mensais e sucessivas. O imóvel do Shopping Goiânia é garantia dada pelo empréstimo. A Companhia é fiadora dessa operação.

#### Cláusulas contratuais (“covenants”)

Os contratos de empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas, descritos anteriormente, não preveem a manuten o de índices financeiros para endividamento, cobertura de despesas com juros, etc.

Mutação dos empréstimos e financiamentos para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e de 2011

Saldo em 31 de dezembro de 2011	350.891
Novas captações	60.361
Pagamentos - principal	(4.677)
Pagamentos - juros	(14.741)
Encargos financeiros capitalizados em propriedades para investimento em construção	6.367
Encargos financeiros apropriados no resultado	<u>13.160</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>411.361</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	201.848
Novas captações	94.972
Pagamentos - principal	(779)
Pagamentos - juros	(7.823)
Encargos financeiros capitalizados em propriedades para investimento em construção	2.185
Encargos financeiros apropriados no resultado	<u>8.764</u>
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>299.167</u>

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificados como não circulante em 30 de junho de 2012, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

A partir de 1/7/2013	23.621
2014	49.090
2015	50.158
2016	45.675
2017	41.175
2018 - 2022	133.381
2023 - 2025	<u>31.618</u>
Total	<u>374.718</u>

### 13. DEBÊNTURES

<u>Debêntures</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
		<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Títulos - 1ª série	15/02/17	96.901	-
Títulos - 2ª série	15/02/19	<u>208.571</u>	-
Total		<u>305.472</u>	-
Circulante		<u>(11.869)</u>	-
Não circulante		<u>293.603</u>	-

Em 15 de fevereiro de 2012 a Companhia emitiu 30.000 (trinta mil) debêntures, não conversíveis em ações, em duas séries, com valor unitário de R\$10 cada, totalizando R\$300.000. Após o procedimento de coleta de intenções de investimento (“bookbuilding”), realizado em 2 de março de 2012, que definiu os juros remuneratórios das debêntures, a alocação das séries ficou disposta conforme a seguir:

- 1ª série: 9.550 debêntures, totalizando R\$95.500, a uma taxa anual variável equivalente a CDI + 0,96%, com prazo de vencimento final de 5 anos. A remuneração será paga semestralmente.
- 2ª série: 20.450 debêntures, totalizando R\$204.500, a uma taxa anual variável equivalente a IPCA + 6,25%, com prazo de vencimento final de 7 anos. A remuneração será paga anualmente.

A movimentação das debêntures, registradas no passivo circulante e não circulante, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	-
Novas captações	300.000
Custo de captação a amortizar	(6.707)
Custo de captação amortizado	310
Encargos financeiros apropriados no resultado	<u>11.869</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>305.472</u>

O cronograma de amortização do valor principal das debêntures, classificados no passivo não circulante, é como segue:

	<u>R\$</u>
2016 (amortização de 50% da 1ª série)	47.750
2017 (amortização de 50% da 1ª série)	47.750
2018 (amortização de 50% da 2ª série)	102.250
2019 (amortização de 50% da 2ª série)	<u>102.250</u>
Total	<u>300.000</u>

#### Cláusulas restritivas contratuais (“covenants”)

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais na escritura de emissão das debêntures que são relacionadas, principalmente, com índices financeiros. Em 30 de junho de 2012, a Administração da Companhia entende que esta adimplente com todas as cláusulas restritivas.

#### 14. CONTAS A PAGAR - COMPRA DE ATIVO

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Aquisição de participação em Shopping Center (a)	56.857	-
Aquisição de terreno (b)	<u>25.000</u>	<u>25.000</u>
Total	<u>81.857</u>	<u>25.000</u>
Circulante	<u>(43.266)</u>	<u>(25.000)</u>
Não circulante	<u>38.591</u>	<u>-</u>

A movimentação do contas a pagar - compra de ativo é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	25.000
Aquisição de participação em Shopping Center (a)	63.701
Pagamentos do principal	(8.908)
Encargos financeiros apropriados no resultado	2.233
Encargos financeiros pagos	<u>(169)</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>81.857</u>

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.c), o saldo a pagar refere-se a operação de permuta de ativo com torna. Esse contas a pagar será liquidado em 42 parcelas iguais e consecutivas de R\$1.522 (valor original), atualizadas pelo CDI - Certificado de Depósito Bancário. Em 30 de junho de 2012, permanecem 36 parcelas em aberto.
- (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.b), o valor a pagar refere-se ao terreno situado na cidade de Londrina. Como forma de pagamento foi assumido o compromisso de entrega da fração ideal equivalente a 11,36% do empreendimento imobiliário do Boulevard Londrina.

## 15. ESTRUTURA TÉCNICA - CONSOLIDADO

<u>Controlada</u>	<u>Shopping</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Pátio Boavista	Boavista	2.273	2.280
Pátio Sertório	Manauara	9.135	11.062
Pátio Uberlândia	Uberlândia Shopping	8.751	6.292
Pátio Londrina	Boulevard Londrina	5.849	3.994
Pátio Goiânia	Passeio das Águas	1.184	365
Fundo de Investimento Imobiliário I	Parque D. Pedro	2.103	1.725
Fundo de Investimento Imobiliário II	Parque D. Pedro	<u>314</u>	<u>308</u>
Total		<u>29.609</u>	<u>26.026</u>
Circulante		<u>(8.825)</u>	<u>(5.540)</u>
Não circulante		<u>20.784</u>	<u>20.486</u>

Refere-se aos contratos de cessão de direitos de utilização do espaço imobiliário, devidos pelos lojistas a partir da assinatura do contrato de aluguel dos pontos comerciais. Principalmente no lançamento de novos empreendimentos, em expansões ou quando alguma loja é retornada, os novos lojistas pagam pelo direito de utilização dos pontos comerciais nos shopping centers. Esses valores são negociados com base no valor de mercado desses pontos.

Esses valores são faturados de acordo com o prazo previsto em contrato, em até 60 meses, e são reconhecidos de forma linear no resultado do período de acordo com o prazo contratual.

## 16. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária, trabalhista e previdenciária. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável. A composição dos riscos provisionados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Trabalhistas e previdenciárias (a)	-	-	5.084	5.375
Tributárias (b)	1.933	1.879	3.541	3.455
Cíveis (c)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.519</u>	<u>1.455</u>
Total	<u>1.933</u>	<u>1.879</u>	<u>10.144</u>	<u>10.285</u>

A movimentação da provisão para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e de 2011 é como segue:

	Consolidado			
	<u>Trabalhistas e previdenciárias (a)</u>	<u>Tributárias (b)</u>	<u>Cíveis (c)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.375	3.455	1.455	10.285
Constituição	764	-	232	996
Atualização monetária	216	86	54	356
Reversão/pagamentos	<u>(1.271)</u>	<u>-</u>	<u>(222)</u>	<u>(1.493)</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>5.084</u>	<u>3.541</u>	<u>1.519</u>	<u>10.144</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	6.306	3.982	618	10.906
Constituição	-	-	532	532
Atualização monetária	89	101	7	197
Reversão/pagamentos	<u>(754)</u>	<u>(733)</u>	<u>(37)</u>	<u>(1.524)</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>5.641</u>	<u>3.350</u>	<u>1.120</u>	<u>10.111</u>

### (a) Trabalhistas e previdenciárias

Em 30 de junho de 2012, a controladora não figurava como parte em nenhum processo judicial trabalhista. Contudo, algumas das controladas figuravam como parte em oito reclamações trabalhistas (onze em 31 de dezembro de 2011), cujo risco é estimado no valor de R\$1.175 (R\$562 em 31 de dezembro de 2011) e foi avaliado como probabilidade de perda provável pelos assessores legais.

Para os riscos previdenciários, a Companhia mantém a provisão de R\$3.909, em 30 de junho de 2012 (R\$4.813 em 31 de dezembro de 2011) de acordo com a recomendação de seus assessores legais externos, que estimam que a probabilidade de perda, em eventual demanda, é provável.

(b) Tributárias

(b.1) IRRF, CIDE, CPMF e CADE

A Companhia busca suspender a exigibilidade de IRRF, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE e Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF em pagamentos ao exterior. Os valores de tais processos correspondem ao total de R\$3.131 (R\$3.045 em 31 de dezembro de 2011), que estão depositados em juízo e provisionados, tendo em vista que a chance de perda de tais processos é avaliada como provável.

Os processos referentes a CIDE e IRRF aguardam julgamento em primeira e segunda instâncias, respectivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o processo da CPMF sobre pagamentos ao exterior foi julgado de forma desfavorável à controlada Sierra Investimentos Brasil Ltda. em caráter definitivo. Essa decisão não representará nenhum desembolso para a Companhia, tendo em vista que as custas judiciais já foram pagas e não há condenação a honorários de sucumbência por se tratar de mandado de segurança. Atualmente, a controlada Sierra Investimentos aguarda a conversão em renda do depósito judicial, no montante de R\$1.198 para extinção do crédito tributário.

Adicionalmente, a controlada Sierra Investimentos mantém registrada provisão para risco e depósito judicial no montante de R\$410 correspondente à multa administrativa aplicada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em 30 de junho de 2012, esse processo já havia sido transitado em julgado. Atualmente, a controlada Sierra Investimentos aguarda o levantamento dos referidos depósitos judiciais pelo CADE para liquidação da multa citada, sem impacto no resultado.

(c) Cíveis

As controladas da Companhia figuram como parte em diversas ações judiciais, decorrentes das atividades comerciais regulares, como rés, destacando-se as ações de cunho indenizatório, rescisão contratual, renovatórias e revisionais de aluguéis das lojas e dos shopping centers.

Como autora, as controladas da Companhia figuram em ações que tratam, em sua maioria, de despejos (falta de pagamento e infrações contratuais), execuções e cobranças, de um modo geral.

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo risco de perda avaliado como possível. O montante desses processos, em 30 de junho de 2012, é de R\$27.750 (R\$27.946 em 31 de dezembro de 2011).

Merece destaque a ação promovida desde 3 de julho de 2009, pela controlada Pátio Sertório Shopping Ltda., contra a R.D. Comércio e Engenharia Ltda. Trata-se de ação de rescisão contratual cumulada com indenização por danos materiais e morais, objetivando o recebimento de indenização por inexecução e vícios na construção do Manauara Shopping. Atualmente o processo está em fase de produção de provas, tendo sido determinada prova pericial. Para essa ação não foi quantificado o valor de eventual indenização.

Adicionalmente, em conexão com o referido processo ativo, a controlada Pátio Sertório Shopping Ltda. é parte passiva de um processo movido pela R.D. Comércio e Engenharia Ltda., que tem por objetivo o recebimento da quantia de R\$11.112 (R\$14.306 atualizados até 30 de junho de 2012) pela execução da obra do Manauara Shopping.

Os referidos processos foram avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como perda possível.

#### Depósitos judiciais

A composição dos depósitos judiciais é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Trabalhistas e previdenciárias	-	-	70	53
Tributárias	1.933	1.879	3.542	3.455
Cíveis	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.333</u>	<u>221</u>
Total	<u>1.933</u>	<u>1.879</u>	<u>9.945</u>	<u>3.729</u>

Em 5 de março de 2012 a controlada Pátio Sertório realizou depósito judicial no montante de R\$6.112, referente ao processo movido pela R.D Comércio e Engenharia Ltda.

#### 17. IMPOSTOS A RECOLHER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
IRPJ e CSLL a recolher	-	232	3.009	4.829
IRRF	-	30	1.364	1.122
COFINS a recolher	-	-	849	1.373
PIS a recolher	-	-	184	298
ISS a recolher	-	-	1.084	1.066
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>640</u>	<u>12</u>
Total	<u>-</u>	<u>262</u>	<u>7.130</u>	<u>8.700</u>

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

### 18.1. Capital social

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$997.866, dividido em 76.423.831 ações ordinárias, sem valor nominal.

De acordo com o estatuto, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$1.500.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará, em cada caso, a quantidade de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição e integralização.

### 18.2. Reserva de ágio na subscrição de ações

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possui um saldo de R\$96.198 correspondente a reserva de ágio, a qual representa o valor excedente pago pelos acionistas na emissão de ações.

Esse valor será mantido na rubrica “Reserva de capital” até sua capitalização e capitalizado na proporção representativa do capital de cada acionista.

### 18.3. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal que não pode exceder 20% do capital social. Em 30 de junho de 2012, a Companhia mantém o montante de R\$21.016 a título de reserva legal.

### 18.4. Reserva de lucros a realizar

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possui o montante de R\$71.018 referente à reserva de lucros a realizar.

### 18.5. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão, modernização e manutenção dos shopping centers.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia possui o montante de R\$762.904 referente à reserva de retenção de lucros.

### 18.6. Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Em 15 de maio de 2012, a Companhia pagou R\$24.456, sendo R\$13.977 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios, e R\$10.479 referentes aos dividendos complementares aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária- AGO/E realizada em 25 de abril de 2012.

### 18.7. Lucro por ação

Em conformidade com a IAS 33 equivalente ao pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação.

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas, por isso, não calculou o lucro por ação diluído.

	Controladora e Consolidado	
	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
Lucro líquido do período atribuível aos proprietários da Companhia	128.106	121.720
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (mil ações)	<u>76.424</u>	<u>71.334</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u><u>1.68</u></u>	<u><u>1,71</u></u>

### 18.8. Gastos com emissão de ações

Em 2 de fevereiro de 2011, a Companhia completou a oferta pública inicial de ações e os custos relacionados com a emissão das ações no montante de R\$16.083, líquido de impostos, foram classificados como redução da reserva de capital. Esses gastos estão compostos basicamente por comissões, honorários advocatícios e de auditoria, taxas de registro, impressões, publicações e outras despesas.

## 19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE ALUGUÉIS, SERVIÇOS E OUTRAS

	Consolidado	
	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
Receita operacional bruta:		
Aluguel	104.349	87.027
Receita de serviços	8.288	8.090
Receita de estacionamento	12.673	11.492
Estrutura técnica	6.050	4.921
Outras receitas	<u>1.320</u>	<u>445</u>
Total	<u><u>132.680</u></u>	<u><u>111.975</u></u>

	Consolidado	
	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
Deduções:		
Impostos sobre aluguéis e serviços	(8.344)	(6.682)
Descontos e abatimentos	<u>(2.441)</u>	<u>(2.384)</u>
Total	<u>(10.785)</u>	<u>(9.066)</u>
Receita operacional líquida de aluguel, serviços e outros	<u>121.895</u>	<u>102.909</u>

## 20. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
Depreciações e amortizações	-	-	831	762
Pessoal	100	24	14.443	12.886
Serviços de terceiros	1.310	693	5.623	4.158
Custo de ocupação (lojas vagas)	-	-	2.765	1.825
Custos de acordos contratuais com lojistas	-	-	787	611
Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.890	332
Aluguel	-	-	1.627	1.341
Outros	<u>260</u>	<u>41</u>	<u>4.268</u>	<u>3.518</u>
Total	<u>1.670</u>	<u>758</u>	<u>32.234</u>	<u>25.433</u>
Classificado como:				
Custo dos aluguéis e dos serviços prestados	-	-	20.983	18.203
Despesas gerais e administrativas	1.670	758	11.251	7.230

## 21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
Receitas financeiras:				
Juros de aplicações financeiras	15.469	15.138	27.686	17.431
Outras	<u>23</u>	<u>45</u>	<u>1.141</u>	<u>1.558</u>
	<u>15.492</u>	<u>15.183</u>	<u>28.827</u>	<u>18.989</u>
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(13.160)	(8.764)
Juros sobre as debêntures	(12.179)	-	(12.179)	-
Juros sobre contas a pagar - compra de ativo	-	-	(2.233)	-
Juros sobre operações de mútuo	-	(400)	-	(400)
Variações monetárias e cambiais	-	(2.116)	(127)	(2.034)
Outras	<u>(72)</u>	<u>-</u>	<u>(590)</u>	<u>(116)</u>
	<u>(12.251)</u>	<u>(2.516)</u>	<u>(28.289)</u>	<u>(11.314)</u>
Total - líquido	<u>3.241</u>	<u>12.667</u>	<u>538</u>	<u>7.675</u>

## 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	129.488	124.553	265.412	230.610
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(44.026)	(42.348)	(90.240)	(78.408)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	43.557	38.311	820	749
Outras diferenças permanentes	(5)	-	(588)	(398)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias	(908)	-	(512)	729
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	1.204	514	1.350
Efeito da tributação das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido	-	-	1.889	2.470
Efeito da tributação diferenciada dos Fundos de Investimento Imobiliário I e II (*)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>27.436</u>	<u>19.953</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas efetivas	<u>(1.382)</u>	<u>(2.833)</u>	<u>(60.681)</u>	<u>(53.555)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>23</u>	<u>23</u>

(\*) Os Fundos de Investimento Imobiliário I e II têm isenção de tributação.

## b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, com base em análises relativas às projeções operacionais plurianuais, reconheceu contabilmente créditos tributários relativos ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, bem como sobre as diferenças temporárias.

A manutenção dos créditos fiscais de prejuízos fiscais, imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, está suportada em projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas periodicamente, para os próximos dez anos, que visam determinar a recuperação dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	256	690	3.037	2.535
Provisão para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e previdenciários	-	-	576	553
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.991	1.764
Outras provisões temporárias	-	-	1.107	1.063
Varição do valor justo de propriedades para investimento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(396.037)</u>	<u>(351.444)</u>
Total do imposto de renda e da contribuição social - diferidos	<u>256</u>	<u>690</u>	<u>(389.326)</u>	<u>(345.529)</u>
No ativo não circulante	<u>256</u>	<u>690</u>	<u>256</u>	<u>690</u>
No passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(389.582)</u>	<u>(346.219)</u>

Os saldos de créditos, no total de R\$256 (Controladora) e R\$6.711 (Consolidado), em 30 de junho de 2012, deverão ser realizados no período de até dois anos, como demonstrado a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	256	1.736
2013	-	3.474
2014	-	<u>1.501</u>
Total	<u>256</u>	<u>6.711</u>

### 23. PARTES RELACIONADAS

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas controladores, as controladas, a coligada e os condomínios civis (empresas ligadas) realizam transações comerciais e financeiras entre si. Essas transações comerciais incluem principalmente a administração de shopping centers (encargos comuns e fundo de promoção).

Os saldos patrimoniais e as transações entre partes relacionadas, em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, são os seguintes:

<u>Balço patrimonial</u>	<u>Finalidade</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Ativo circulante-					
Empresas ligadas:					
Condomínio Franca Shopping Center	(a)	-	-	4	6
Condomínio Parque Dom Pedro Shopping	(a)	-	-	<u>5</u>	<u>5</u>
Total (*)		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>11</u>
Passivo circulante-					
Empresas ligadas:					
Parque D. Pedro I BV/SARL	(b)	-	-	<u>2.150</u>	<u>13.673</u>
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.150</u>	<u>13.673</u>
<u>Resultado</u>	<u>Finalidade</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
Receita operacional-					
Empresas ligadas:					
Condomínio Shopping Center Penha	(a)	-	-	573	556
Condomínio Civil Center Shopping São Bernardo	(a)	-	-	474	415
Condomínio Tivoli Shopping Center	(a)	-	-	201	222
Condomínio Shopping Pátio Brasil	(a)	-	-	132	500
Condomínio Franca Shopping Center	(a)	-	-	174	176
Condomínio Boavista Shopping	(a)	-	-	402	409
Condomínio Shopping Center Plaza Sul	(a)	-	-	692	602
Condomínio Parque Dom Pedro Shopping	(a)	-	-	1.315	1.275
Condomínio Campo Limpo Shopping	(a)	-	-	343	328
Condomínio Manauara Shopping	(a)	-	-	813	807
Condomínio Uberlândia Shopping	(a)	-	-	<u>216</u>	<u>-</u>
Subtotal		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.335</u>	<u>5.290</u>

<u>Resultado</u>	<u>Finalidade</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
Receita (despesa) financeira:					
Empresas ligadas-					
Sierra Brazil 1 BV	(c)	-	(2.516)	-	(2.434)
Subtotal		-	(2.516)	-	(2.434)
Total geral		-	(2.516)	5.335	2.856

(\*) Incluído no saldo de contas a receber, líquidas, e outros créditos.

- (a) Refere-se a receitas dos serviços executados pela controlada Unishopping Administradora Ltda., decorrente da administração dos encargos comuns e do fundo de promoção dos referidos condomínios. Essas receitas estão registradas na rubrica “Receita de serviços”, conforme divulgado na nota explicativa nº 19.
- (b) Rendimentos a distribuir dos Fundos de Investimento Imobiliário I e II. A empresa ligada Parque D. Pedro I BV/SARL possui 27,6% e 15,9%, respectivamente, das cotas dos referidos Fundos. Esse saldo está classificado na rubrica “Rendimentos a distribuir”.
- (c) Refere-se aos juros e variação cambial do contrato de mútuo devedor com a empresa ligada Sierra Brazil 1 BV (acionista majoritária da Companhia). Essa operação foi liquidada em 8 de fevereiro de 2011.

## 24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento são utilizadas pela Alta Administração da Companhia para a tomada de decisões de alocação de recursos e avaliação de desempenho. Os ativos e passivos por segmento não estão sendo apresentados, uma vez que não são objeto de análise para tomada de decisão estratégica por parte da Alta Administração.

Portanto, os segmentos reportáveis da Companhia de acordo com a IFRS 8 e CPC 22 são os seguintes:

### a) Desenvolvimento e gerenciamento

Referem-se à prestação de serviços de administração de bens e imóveis para os lojistas e proprietários de shopping centers, serviços de corretagem e desenvolvimento de projeto de um novo shopping center.

### b) Investimento

Refere-se à locação de espaço a lojistas e outros espaços comerciais como “stands” de venda; locação de espaços comerciais para publicidade e promoção; exploração de estacionamento; e taxa de cessão de direitos de utilização de espaço imobiliário (estrutura técnica).

	Consolidado	
	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
Receita bruta de shopping por segmento:		
Desenvolvimento e gerenciamento	21.705	19.484
Investimento	124.392	103.885
Eliminação de receitas intersegmentos	<u>(13.417)</u>	<u>(11.394)</u>
Total	<u>132.680</u>	<u>111.975</u>
Deduções:		
Impostos e contribuições	(8.344)	(6.682)
Descontos e abatimentos	<u>(2.441)</u>	<u>(2.384)</u>
Total	<u>(10.785)</u>	<u>(9.066)</u>
Receita operacional líquida	<u>121.895</u>	<u>102.909</u>
Custos e despesas administrativas e gerais de shopping por segmento:		
Desenvolvimento e gerenciamento	(19.127)	(14.744)
Investimento	(26.524)	(22.083)
Eliminação de custos intersegmentos	<u>13.417</u>	<u>11.394</u>
	<u>(32.234)</u>	<u>(25.433)</u>
Resultado operacional ajustado	<u>89.661</u>	<u>77.476</u>

## 25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas contratam operações financeiras envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A Administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Companhia e de suas controladas, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão representados por:

- a) Caixa e equivalentes de caixa: está classificado como empréstimos e recebíveis, e estão contabilizados pelos valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.
- b) Contas a receber: são classificados empréstimos e recebíveis e estão contabilizados pelos valores contratuais, os quais equivalem ao valor de mercado.
- c) Empréstimos e financiamentos: são classificados como outros passivos financeiros.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2012 e de 31 de dezembro de 2011, são como segue:

Na controladora

<u>Natureza</u>	<u>Classificação</u>	<u>30/06/12</u>		<u>31/12/11</u>	
		<u>Contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativo-					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	407.827	407.827	125.834	125.834
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	1.933	1.933	1.879	1.879

No consolidado

<u>Natureza</u>	<u>Classificação</u>	<u>30/06/12</u>		<u>31/12/11</u>	
		<u>Contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativo:					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	635.372	635.372	390.918	390.918
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	26.637	26.637	24.690	24.690
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	3.105	3.105	2.171	2.171
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	9.945	9.945	3.729	3.729
Passivo:					
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	411.361	411.361	350.891	350.891
Debêntures	Outros passivos financeiros	305.472	311.869	-	-
Contas a pagar - compra de ativo	Outros passivos financeiros	56.857	56.857	-	-
Fornecedores nacionais	Outros passivos financeiros	26.856	26.856	13.512	13.512

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

25.1. Risco de crédito

A base de clientes da Companhia é bastante pulverizada. Por meio de controles internos, a Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: provisão de 100% para os saldos de clientes com dívidas vencidas há mais de 120 dias.

O risco de crédito relacionado ao caixa e equivalentes de caixa é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos com alto “rating” de crédito, avaliado por agências internacionais de classificação de riscos.

## 25.2. Risco de variação de preço

As receitas da Companhia são substancialmente decorrentes de aluguéis de lojistas dos shopping centers. Em geral, os contratos de aluguel são atualizados conforme a variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, conforme estabelecido nos contratos de aluguel. A Administração monitora esses riscos como forma de minimizar os impactos em seus negócios.

## 25.3. Risco de taxa de juros

Decorre da parcela da dívida contratada com juros atrelados ao CDI e a TR e envolve o risco de as despesas financeiras aumentarem por um movimento desfavorável nas taxas.

## 25.4. Risco de câmbio

Os instrumentos financeiros de contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores são estabelecidos em reais e não estão sujeitos a exposições cambiais.

## 25.5. Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que as empresas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia e suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 12 e nº 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido e reservas, conforme apresentado na nota explicativa nº 18).

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Dívida (a)	716.833	350.891
Caixa e equivalentes de caixa	<u>(635.372)</u>	<u>(390.918)</u>
Dívida líquida (caixa líquido)	81.461	(40.027)
Patrimônio líquido (b)	2.061.025	1.943.398
Índice de endividamento líquido	3,95%	(2,06%)

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, conforme detalhado nas notas explicativas nº 12 e 13.

- (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

## 25.6. Gestão do risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

### Tabelas do risco de liquidez e juros

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos bancários da Companhia e de suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

30 de junho de 2012	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Empréstimos e financiamentos	10,72%	1.839	3.719	46.709	330.635	172.010	554.912
Debêntures	10,75%	-	-	34.725	232.645	243.555	510.925

### Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº 475/08

Considerando o instrumento financeiro mencionado anteriormente, a Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08, que requer que sejam apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia e de suas controladas, conforme descrito a seguir:

- Cenário-base: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 30 de junho de 2012.
- Cenário adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2012.
- Cenário remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2012.

Premissas

Como descrito anteriormente, a Companhia entende que está exposta principalmente ao risco de variação do CDI e da TR, que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos. Nesse sentido, a seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

<u>Premissas</u>	Cenário- -base	Cenário adverso	Cenário remoto
Deterioração da taxa do CDI:			
Aplicações financeiras	8,35%	6,26%	4,18%
Empréstimos e financiamentos	8,35%	10,44%	12,53%
Deterioração da TR-			
Empréstimos e financiamentos	0,91%	1,14%	1,37%
Deterioração do IPCA-			
Debêntures	4,81%	6,01%	7,22%

Análise da Administração

<u>Fator de risco</u>	<u>Instrumento financeiro</u>	<u>Risco</u>	<u>Consolidado</u>		
			Cenário- -base (*)	Cenário adverso	Cenário remoto
Aplicações financeiras	Taxa de juros	Redução da taxa do CDI	53.054	39.790	26.527
Empréstimos e financiamentos	Taxa de juros	Aumento da taxa do CDI	3.163	3.954	4.745
Empréstimos e financiamentos	Taxa de juros	Aumento da TR	2.195	2.744	3.293
Debêntures	Taxa de juros	Aumento da taxa do CDI	7.974	9.968	11.961
Debêntures	Índice de inflação	Aumento do IPCA	9.836	12.296	14.755

(\*) O cenário-base apresentado pela Companhia está composto pelos juros estimados para o período de 12 meses.

A Administração da Companhia entende que os riscos de mercado originados dos demais instrumentos financeiros não são relevantes.

## 25.7. Derivativos

A Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros derivativos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

## 26. COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de junho de 2012, a cobertura de seguros é como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada - R\$</u>
Responsabilidade civil (operações de shopping center)	96.460
Compreensivo de incêndio comum	1.114.032
Lucros cessantes	251.307
Vendaval/fumaça	36.486

Os membros do nosso Conselho de Administração e nossos diretores, assim como de nossas empresas controladas, são cobertos por apólices de seguros para conselheiros e diretores (D&O), com abrangência em todo o território nacional. Referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos administradores caso seu patrimônio pessoal seja atingido em decorrência de relações da atividade da Companhia. O valor da importância segurada no D&O é de R\$30.000.

## 27. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os gastos com remuneração dos administradores durante os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e de 2011 são os seguintes:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/12</u>
Salários e encargos	1.964	1.594
Remuneração variável	875	466
Benefícios	<u>190</u>	<u>90</u>
Total	<u>3.029</u>	<u>2.150</u>

Esses valores estão registrados na rubrica “Custo de pessoal”, no resultado do período.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração são representados por benefícios de curto e longo prazos, correspondentes substancialmente a honorários de diretoria e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho). Não há benefícios pós-emprego nem remuneração baseada em ações.

Em 30 de junho de 2012, o saldo da rubrica “Provisão para remuneração variável”, no montante de R\$483 (R\$189 em 31 de dezembro de 2011), classificada no passivo não circulante, inclui somente remuneração variável (bônus por desempenho) dos diretores da Companhia.

Adicionalmente, de acordo com a AGO/E de 25 de abril de 2012, o limite da remuneração global dos Conselheiros e Diretores para o exercício de 2012 é de R\$10.000.

## 28. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

A Companhia realizou a seguinte transação que não envolve caixa e equivalentes de caixa:

	Consolidado	
	<u>30/06/12</u>	<u>30/06/11</u>
Juros capitalizados nas propriedades para investimento em construção	6.367	2.185
Aquisição de ativos (vide nota explicativa nº 10)	63.701	-
Aumento do saldo de fornecedores relacionado à propriedades para investimento em construção	16.219	2.110
Transferência de imobilizado em andamento e adiantamento a fornecedores para imobilizado e intangível	844	-

## 29. COMPROMISSOS

- a) Em Assembleia Geral de Cotistas do Fundo de Investimento Imobiliário - FII Parque Dom Pedro Shopping Center, realizada em 24 de junho de 2009, foi autorizada a emissão de 288.672 cotas, perfazendo o montante total de R\$25.302, equivalente a 50,1% do capital social, inteiramente subscritas pela Sierra Investimentos, com integralização prevista para até 40 meses da data da referida Assembleia.

A Administração pretende efetuar a integralização com recursos obtidos através da venda de 288.672 cotas, no montante total de R\$25.302, do Fundo de Investimento Imobiliário FII Parque Dom Pedro Shopping Center. É intenção da Administração que tais cotas sejam adquiridas pelo Fundo de Investimento Imobiliário - FII Parque Dom Pedro Shopping Center.

- b) Com o advento da Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009, que determina o tratamento fiscal aplicável aos rendimentos auferidos por fundos de investimento imobiliário, o administrador do Fundo de Investimento Imobiliário I, Banco Ourinvest S.A., deixou de reter o IRRF sobre os rendimentos distribuídos a determinado cotista sediado no Brasil. Considerando que o conteúdo e o alcance dessa Lei foram objeto de consulta na Receita Federal iniciada pelo Banco Ourinvest S.A., a controlada Sierra Investimentos comprometeu-se, através de um acordo com o referido Banco, datado de 29 de outubro de 2009, a constituir uma aplicação financeira custodiada, a fim de fazer face a uma eventual exigibilidade do tributo não retido. Nessa mesma data foi firmado um acordo entre o Parque D. Pedro 1 BV/SARL (sociedade luxemburguesa pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia) e a Sierra Investimentos, por meio do qual o Parque D. Pedro 1 BV/SARL se compromete a compensar a Sierra Investimentos por todo e qualquer risco associado à não retenção do referido imposto pelo Banco Ourinvest S.A.

Em 13 de janeiro de 2010, o Banco Ourinvest S.A. obteve resposta à consulta iniciada na Receita Federal, em que é determinada a obrigatoriedade de continuidade de retenção do IRRF sobre os rendimentos distribuídos a cotistas estabelecidos na modalidade de fundo de investimento imobiliário e participação superior a 10% nas cotas do referido fundo.

Com o intuito de afastar a obrigatoriedade de retenção do IRRF descrito anteriormente, o Banco Ourinvest S.A. impetrou na Justiça Federal um mandado de segurança, a fim de garantir a não incidência do IRRF no que diz respeito aos pagamentos de rendimentos do Fundo de Investimento Imobiliário I para outros fundos de investimento imobiliário. Dessa forma, todos os valores de imposto de renda não retidos até 13 de janeiro de 2010, os quais integravam aplicação financeira custodiada em nome da Sierra Investimentos, foram resgatados e transferidos para o Banco Ourinvest S.A. e posteriormente depositados em juízo.

No dia 9 de abril de 2010, o Banco Ourinvest S.A. obteve decisão em primeira instância na Justiça Federal, em que foram acatados os pedidos do mandado de segurança descritos anteriormente. Por meio de uma sentença de primeira instância, a Justiça Federal julgou de forma procedente o requerimento de não retenção de imposto de renda para os rendimentos distribuídos de fundos de investimentos imobiliários, cujas cotas sejam admitidas para negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado, a outro fundo de investimento imobiliário. Estabelece, ainda, que, após o trânsito em julgado expeça-se alvará de levantamento em favor da impetrante quanto aos depósitos voluntários efetuados nos autos.

Em 13 de maio de 2010, a União interpôs recurso de apelação contra a sentença da Justiça Federal de primeira instância. No dia 11 de junho de 2010, o Banco Ourinvest S.A. apresentou suas contrarrazões e atualmente aguarda o julgamento de segunda instância.

Em 30 de junho de 2012, a controlada Sierra Investimentos possui R\$833 a receber do Banco Ourinvest S.A. a título do compromisso firmado no dia 29 de outubro de 2009. Esse recebível está registrado na rubrica “Outros créditos”, no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 5). Adicionalmente, a controlada Sierra Investimentos possui um saldo, em 30 de junho de 2012, de R\$3.105 (R\$2.171 em 31 de dezembro de 2011) em aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante.

### 30. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A conclusão da elaboração das Informações Contábeis Intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 3 de agosto de 2012.

---